

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 275/2011**

Processo: 16740*01*091*212 Objeto: Serviço Gráfico - Contratada: Corgraf Gráfica e Editora Ltda. - R\$ 2.831,00. Fundamento Legal: Caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

FUNDAÇÃO DOUTOR AMARAL CARVALHO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Convite nº 1/2010

Contratante: Fundação Doutor Amaral Carvalho; Contratado: R.B. Engenharia e Construções Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo do Instrumento Contratual datado de 07.05.2010, em 60 dias; Data: 23 de março de 2012.

GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E À CRIANÇA COM CÂNCER - GRAACC**ATO Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2012**

O Presidente do GRAACC - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer, no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto da entidade, e: Considerando a necessidade de observar os requisitos da fase introdutória da modalidade Pregão, dentre eles, a nomeação do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, conforme dispõe o artigo 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520/2002, para dar cumprimento à execução de planos de trabalhos de convênios celebrados com órgãos públicos, RESOLVE: Art. 1º Designar os funcionários Elena Neves - RG. 20.413.795-0 SSP/SP - CPF. 113.494.018-11 e Patrícia Elaine da Silva Lopes, RG. 34.414.374-0 SSP/SP - CPF. 315.262.468-99 para exercerem a função de Pregoeiro, que será responsável pela condução dos trabalhos do Pregão Presencial e Eletrônico. Art. 2º Designar os funcionários Anna Aurea Martinho - RG. 13.026.230 SSP/SP - CPF. 023.646.998-35; Carla Dias - RG. 14.339.128 SSP/XX - CPF. 075.529.388-62 Maria Aparecida Aguiar da Silva, RG. 1717332-0 SSP/SP - CPF. 135.333.948-32; Paula Figueiredo - RG nº 22.274.932-5 SSP/SP - CPF nº 172.188.058-50, e Michelle Antunes Rocha RG. 33.993.559-5 SSP/SP - CPF 322.404.548-57, para comporem a Equipe de Apoio, que prestará a necessária assistência aos Pregoeiros. Parágrafo único - Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes. Art. 3º - O Pregoeiro fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros colaboradores do GRAACC, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos. Art. 4º Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas, e arquivados nos respectivos processos. Art. 5º Aplica-se a esta Comissão as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seus decretos regulamentadores. Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua expedição, com vigência mínima de um ano. Registre-se em livro próprio. GRAACC - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer.

SERGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO

INSTITUTO CULTURAL FLÁVIO GUTIERREZ**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: CONTRATO N.º ICFG/IBRAM 02/2012. PROCESSO N.º 748299/02/2012. CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL FLÁVIO GUTIERREZ. CONTRATADA: "LILIAN DE MELO MACE-DO" empresária exclusiva do grupo musical "Flor de Abacate" - OBJETO: show musical no Museu de Artes e Ofícios. VALOR TOTAL: R\$ 3.000,00 (três mil reais). DOTACÃO: à conta da dotação do MinC-Prog.de Trab. 13.391.0171.2838.0001-Elemento de Despesa 33.50.41-Nota de Empenho 2010NE900151 de 16/12/2010, recursos transferidos pelo IBRAM à CONTRATANTE, através do Convênio n.º 748299/2010, firmado entre as partes. VIGÊNCIA: de 01 (hum) mês, contados a partir da assinatura do Contrato. Data Assinatura: 03/04/2012-SIGNATÁRIOS: Angela Gutierrez-Presidente ICFG e Lilian de Melo Macedo - empresária.

DESPACHO DA PRESIDENTE

Em 2 de abril de 2012

Ratifico nos termos do artigo 26 da Lei Federal no. 8.666/93, com redação dada pela Lei no. 9.648/98 e em consonância com o Parecer Jurídico, emitido pela assessoria jurídica, a inexigibilidade de licitação, no processo abaixo citado: Processo nº. 748299/02/2012. Órgão Solicitante: ICFG - MAO. Favorecido: "Flor de Abacate" (através de sua empresária exclusiva Lilian de M. Macedo) para realização de show musical no Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte/MG conforme convenio ICFG/IBRAM 748299/2010 firmado em 15/12/2010.

ANGELA GUTIERREZ

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL**AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 1 /2012**

O Instituto Euvaldo Lodi - IEL / Núcleo Regional de Minas Gerais, executor dos recursos oriundos do Convênio firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação Integrada (COPERLI), convida as empresas de consultoria elegíveis a

manifestarem seu interesse para o desenvolvimento de Estudo de Prospecção Tecnológica no APL (Arranjo Produtivo Local) de Móveis de Ubá - MG. Os interessados em participar do Processo de Seleção, deverão entrar em contato com a COPERLI, solicitando maiores informações através do e-mail: havieira@fiemg.com.br, ou pela Internet, no endereço www.fiemg.com.br, link "licitações e compras", onde poderão obter cópia da Manifestação de Interesse. O prazo de entrega dos envelopes será até o dia 25/04/2012 às 17h00.

VINICIUS DINIZ E ALMEIDA RAMOS.

Presidente da Comissão

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL**RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE JANEIRO 2012**

A Executiva Nacional, em consonância com as deliberações da Convenção Nacional do PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL, realizada em 11/01/2012, resolve, com a finalidade de estabelecer diretrizes isonômicas para a escolha de candidatos e a formação de coligações para as eleições de 07 de outubro de 2012 e, eventualmente, para o segundo turno, expedir as seguintes instruções, complementares às normas estatutárias: CAPÍTULO I Seção única Das Disposições Gerais Art. 1 - Deverão ser observados irrestritamente por todos os Dirigentes Partidários em qualquer esfera de atuação, as seguintes disposições que norteiam o PMN desde a sua constituição: a)- preferência por candidatos próprios a cargos majoritários e chapas completas nos pleitos proporcionais; b)- As Executivas Estaduais autorizarão, "ad referendum" da Executiva Nacional, caso a caso, as propostas de coligação, que deverão ser precedidas de termo firmado por todos os partidos dela integrantes, no qual fique caracterizado que o PMN não é solidário nas obrigações que venham a ser assumidas pelos partidos coligados e/ou por seus candidatos, bem como, no pagamento de multas ou quaisquer outras penalidades que lhes venham a ser aplicadas. § único - Na forma do disposto no inciso vii do art. 32 dos estatutos partidários, serão consideradas inexistentes, coligações que deixem de atender os dispositivos desta Resolução, não podendo ser deferidos seus registros, pela Justiça Eleitoral. Art 2 - O PMN não autoriza a interposição em seu nome, de quaisquer medidas judiciais ou administrativas que visem obstar candidaturas de outras agremiações, devendo o interessado fazê-lo em seu próprio nome. Art 3 - As Direções Municipais que participarem do processo eleitoral de 2012, respectivos Comitê Financeiros e Candidatos, deverão observar na íntegra as disposições contidas nas Resoluções/TSE vigentes. § único - Eventuais multas que venham a ser aplicadas ao PMN em decorrência do descumprimento dessas normas serão da inteira responsabilidade pessoal dos que lhes deram causa, reservando-se o Partido, se for caso, o direito de indicar bens pessoais dos infratores para garantia de juízo. CAPÍTULO II Seção I Das Inscrições de Candidatos Art. 4 - Só integrará a listagem de candidatos e cédulas de votação, o filiado que esteja: > no gozo de seus direitos políticos; > no exercício das atividades partidárias; > inscrito no partido até um ano antes do primeiro turno da eleição de 2012; > quite com as prestações de contas a que estiver sujeito, perante o partido ou a justiça eleitoral; > quite com as suas obrigações partidárias, entre as quais, as contribuições obrigatórias a que estiver sujeito, entre as especificações contidas nos parágrafos do art 94dos estatutos partidários. > quite com a taxa de inscrição de candidato, de R\$250,00, via depósito bancário na c/corrente mantida pela Direção Estadual, com identificação do CPF do candidato. § Primeiro - Na hipótese de não acolhimento de depósito identificado na referida conta, o depósito deverá ser realizado na conta mantida pela Direção Nacional, no Banco do Brasil S/A., Agência 3687-0 - c/c nº 280.604-5. § Segundo - A comprovação de quitação das obrigações pecuniárias, far-se-á por certidão expedida pela tesouraria geral. § Terceiro - As inscrições de candidaturas de detentores de mandato só serão acolhidas mediante a comprovação dos pleiteantes, de que quitaram, junto a tesouraria nacional, as contribuições a que se refere o artigo 94 § 3º, dos estatutos partidários. § Quarto - A hipótese de parcelamento, pela tesouraria geral, de valores a ela devidos, far-se-á mediante pedido expresso do interessado e documentação hábil. § Quinto - Sob hipótese alguma haverá anistia para candidatos. § Sexto - O descumprimento de qualquer uma dessas condições, habilita e legitima qualquer filiado a impugnar a candidatura do filiado faltoso e implica na destituição e na apuração de responsabilidade do dirigente que autorizou a inscrição de filiado inabilitado. Art. 5 - Poderão participar do processo de escolha de candidatos que concorrerão às eleições proporcionais de 07 de outubro de 2012, direções municipais que tenham comprovado junto às executivas estaduais, o cumprimento de suas obrigações partidárias, entre as quais, pagamento das contribuições estatutárias, inscrição ou atualização dos respectivos CNPJ, entrega de Rais, abertura de conta bancária e fornecimento de cópia da prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral. Art. 6 - As inscrições de candidatos serão protocolizadas em duas vias junto as secretarias municipais e/ou respectivas estaduais, até as 18:00hs do dia 20 de maio de 2012. Art. 7 - Atendidos os pressupostos do art.38, dos estatutos partidários, uma via das referidas inscrições e propostas de coligações municipais, serão encaminhadas pelas secretarias municipais às respectivas estaduais, até o dia 26 de maio de 2012. § Único - As inscrições majoritárias e propostas de coligação pertinentes às Capitais e Municípios com mais de 200.000 eleitores, estão sujeitas ao crivo da Direção Nacional, devendo ser reencaminhadas à secretaria nacional, até o dia 29 de maio de 2012. Art. 8 - Poderão ser registrados candidatos para a Câmara de Vereadores, até o número previsto na legislação vigente, salvo no caso de coligação, cujo número de candidatos resultará do consenso entre os Partidos coligados. § Único - O registro dos candidatos proporcionais esta subordinado ao cumprimento dos limites de vagas do partido ou coligação que deverá preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para

candidaturas de cada sexo, na forma do disposto no § 3º do art. 10 a Lei 9.504. Seção II Da Convenção Municipal Art. 9 - A convenção municipal que deliberará acerca do lançamento de candidaturas majoritárias e sobre coligações municipais com outros partidos para o pleito de 07 de outubro de 2012, será realizada no período de 10 a 30 de junho de 2012, ficando a critério das respectivas direções estaduais, a fixação ou liberação de data para sua realização. §único - As direções municipais darão ampla divulgação na imprensa falada e escrita, dos locais de votação dos filiados habilitados. Art. 10 - As convenções municipais serão realizadas com a presença de no mínimo 25 filiados habilitados e em número superior ao de candidatos inscritos, filiados esses quites com suas obrigações partidárias na forma constante dos estatutos vigentes, cujos nomes integrem as prestações de conta retrocitadas e a última listagem entregue à Justiça Eleitoral. Seção III Das Sobras de Campanha Art. 11 - Eventuais sobras de campanha deverão ser depositadas mediante identificação, exclusivamente na c/corrente aberta para essa finalidade pela Direção Nacional: Banco do Brasil S/A - ag. 3687-0 - conta nº 283.033-7. Seção IV Do Cancelamento de Candidaturas Art. 12 - A Executiva Nacional requererá, na forma da legislação vigente, perante a Justiça eleitoral, o cancelamento de candidaturas: -I- que infringjam os dispositivos da presente resolução; -II- que apoiem candidatos majoritários de outras coligações.

OSCAR NORONHA FILHO

Presidente Nacional

TELMA RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Geral Nacional

PARTIDO SOCIAL LIBERAL**RESOLUÇÃO Nº 1, DE 16 DE MARÇO DE 2012**

Estabelece normas para escolha e substituição de candidatos e coligações nas eleições proporcionais e majoritárias de 07 de outubro de 2012.

O Diretório Nacional do Partido Social Liberal, através da Comissão Executiva Nacional, atendendo o que determina a Lei nº 9.504/97, artigo 7º, § 1º, que trata das Convenções para a Escolha de Candidatos, no que diz respeito às eleições de 2012, aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º - As Convenções Eleitorais Municipais, destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos proporcionais e majoritários ao pleito de 07 de outubro de 2012, deverão ser estabelecidas em cada Município pelas respectivas Comissões Executivas Municipais, no período de 10 a 30 de junho de 2012, observadas as demais disposições desta Resolução, lavrando-se as respectivas atas.

§ 1º - Para os fins desta Resolução, as Comissões Provisórias Municipais são atribuídas as mesmas competências das Comissões Executivas Municipais.

§ 2º - As Convenções Municipais só poderão ser convocadas e realizadas pelos Diretórios e Comissões Provisórias Municipais que estiverem rigorosamente em dia com suas contribuições partidárias perante os respectivos Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais, tornando-se nulas aquelas que forem realizadas em desobediência ao exposto neste parágrafo.

§ 3º - As Comissões Executivas Municipais e Comissões Provisórias Municipais deverão informar às Direções Estaduais as datas escolhidas para a realização das suas convenções para escolha de candidatos, no mesmo prazo de publicação, constante do inciso I do art. 17 do estatuto partidário.

§ 4º - Atendido o disposto no parágrafo anterior, as Direções Estaduais deverão informar à Direção Nacional, por meio da Secretaria Geral, o calendário consolidado das Convenções Municipais nos respectivos Estados.

§ 5º - Em até 03 (três) dias após a realização das Convenções Municipais, as Comissões Executivas Municipais e as Comissões Provisórias Municipais deverão encaminhar, aos respectivos Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais, cópias autenticadas das atas das convenções, sob pena de nulidade dos atos.

§ 6º - As Direções Estaduais deverão informar, até o dia 10 de Junho de 2012, à Direção Nacional do Partido, através da Secretaria Geral, os nomes dos candidatos escolhidos nas Convenções Municipais, para o pleito de 2012, em cada um dos municípios onde há Diretórios e Comissões Provisórias do Partido.

Art. 2º - A convocação para as Convenções Municipais deverá obedecer aos requisitos do artigo 17 do Estatuto Partidário e o local escolhido para sua realização deverá ser de fácil acesso e, se prevista sua realização em prédio público, a Comissão Executiva Municipal deverá, com a brevidade possível, requerer á autoridade competente o uso do local de forma a garantir a preferência de uso, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.096/95.

Art. 3º - As inscrições de pré-candidatos às eleições majoritárias e proporcionais poderão ser requeridas às respectivas Comissões Executivas Municipais até 03 (três) dias anteriores à data de realização da Convenção.

Parágrafo Único: Além dos documentos exigidos pela Justiça Eleitoral, nos termos dos artigos 23 a 33 da Resolução TSE nº 22.717/2008, no ato da inscrição o pré-candidato deverá perante a respectiva direção partidária:

a.comprovar estar filiado ao PSL até o dia 07 de Outubro de 2011;